



# Enel Cien S.A.

CNPJ: 01.983.856/0001-97

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Com relatório dos auditores independentes



## Enel Cien S.A.

### Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

#### Índice

Relatório da Administração.....	1
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras .....	2
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais.....	5
Demonstrações do resultado.....	7
Demonstrações do resultado abrangente .....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	11



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Senhores acionistas, a Administração da Enel Cien S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 2026.

### Diretoria executiva

Rosario Zaccaria  
Francesco Tutoli

### Cargo

Diretor-Presidente  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle

### Fabio Romanin

Relações com investidores

### Alan dos Reis Santos – CRC SP244288 / O-2

Contador responsável



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro  
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 2207-9400  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

## Aos Acionistas e Diretores da

**Enel Cien S.A.**

**Rio de Janeiro - RJ**

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Cien S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Cien S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a

data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-2-F-RJ



Alexandre Vinícius Ribeiro de Figueiredo

Contador CRC RJ-092563/O-1

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
<b><u>Ativo circulante</u></b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	55.969	11.304
Títulos e valores mobiliários		43	38
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	4	20.000	10.637
Outros tributos compensáveis	4	943	943
Outros créditos		12	9
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>76.967</b>	<b>22.931</b>
<b><u>Ativo não circulante</u></b>			
Mútuo a receber	5	982.190	947.531
Outros tributos compensáveis	4	38.311	36.675
Depósitos vinculados	8	27.076	25.046
Tributos diferidos	13	958	910
Investimento	6	11.642	10.375
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.060.177</b>	<b>1.020.537</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.137.144</b>	<b>1.043.468</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
<b><u>Passivo circulante</u></b>			
Fornecedores	7	2.521	2.103
Outras obrigações fiscais		1.830	2.668
Dividendos a pagar	9	427.147	405.376
Salários, provisões e encargos sociais		49	49
Outras obrigações		2.522	2.523
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>434.069</b>	<b>412.719</b>
<b><u>Passivo não circulante</u></b>			
Provisões para processos judiciais e outros riscos	8	1.716	2.014
Outras obrigações		26	26
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.742</b>	<b>2.040</b>
<b><u>Patrimônio líquido</u></b>			
Capital social	9	310.425	285.045
Reserva de lucros		380.250	335.736
Outros resultados abrangentes		10.658	7.928
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>701.333</b>	<b>628.709</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>1.137.144</b>	<b>1.043.468</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	2025	2024
<b><u>Receitas (despesas) operacionais</u></b>	<b>11</b>		
Despesas gerais e administrativas		(2.497)	(16.857)
Outras receitas operacionais		213	20.651
<b>Total receitas (despesas) operacionais</b>		<b>(2.284)</b>	<b>3.794</b>
Resultado de equivalência patrimonial		(1.463)	(3.658)
<b>Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro</b>		<b>(3.747)</b>	<b>136</b>
<b><u>Resultado financeiro</u></b>	<b>12</b>		
Receitas financeiras		142.726	105.767
Despesas financeiras		(186)	(124)
Variações cambiais líquidas		-	42
<b>Total do resultado financeiro</b>		<b>142.540</b>	<b>105.685</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>138.793</b>	<b>105.821</b>
<b><u>Imposto de renda e contribuição social</u></b>	<b>13</b>		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(47.176)	(30.532)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		48	(7.698)
<b>Total dos tributos sobre o lucro</b>		<b>(47.128)</b>	<b>(38.230)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>91.665</b>	<b>67.591</b>
<b>Lucro líquido por ação em R\$ - básico e diluído</b>	<b>10</b>	<b>0,3216</b>	<b>0,2371</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Enel Cien S.A.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>91.665</b>	<b>67.591</b>
<b><u>Outros resultados abrangentes</u></b>		
<b>Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado</b>		
Efeitos da hiperinflação sobre investimento no exterior	2.730	7.404
<b>Total dos resultados abrangentes do exercício</b>	<b>94.395</b>	<b>74.995</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social		Reservas de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
	Capital subscrito	Reserva legal	Reserva para reforço de capital de giro			
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>285.045</b>	<b>57.011</b>	<b>390.952</b>	-	<b>524</b>	<b>733.532</b>
<b>Resultado abrangente total:</b>						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	67.591	-	67.591
Efeitos da hiperinflação sobre investimento no exterior	-	-	-	-	7.404	7.404
<b>Transações com os acionistas</b>						
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	(162.920)	-	-	(162.920)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	(16.898)	-	(16.898)
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>						
Reserva para reforço de capital de giro	-	-	50.693	(50.693)	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>285.045</b>	<b>57.011</b>	<b>278.725</b>	-	<b>7.928</b>	<b>628.709</b>
<b>Resultado abrangente total:</b>						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	91.665	-	91.665
Efeitos da hiperinflação sobre investimento no exterior	-	-	-	-	2.730	2.730
<b>Transações com os acionistas</b>						
Aumento de capital	25.380	-	(25.380)	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	(21.771)	-	(21.771)
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>						
Reserva legal	-	4.583	-	(4.583)	-	-
Reserva para reforço de capital de giro	-	-	65.311	(65.311)	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>310.425</b>	<b>61.594</b>	<b>318.656</b>	-	<b>10.658</b>	<b>701.333</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2025	31.12.2024
<b><u>Atividades operacionais</u></b>		
Lucro líquido do exercício	91.665	67.591
<b><u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais</u></b>		
Depreciação e amortização	-	1.097
Atualização depósitos judiciais	(2.040)	(695)
Atualização monetária de processos judiciais	(97)	74
Provisões para processos judiciais e outros riscos	236	2.448
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(143.601)	(105.568)
Baixa de ativo intangível	-	5.746
Baixa de ativo imobilizado	-	3.477
Tributos e contribuições sociais diferidos	(48)	7.698
Equivalência patrimonial	1.463	3.658
<b><u>Redução (aumento) dos ativos</u></b>		
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	-	(9.196)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(9.363)	(10.637)
Outros tributos compensáveis	(1.636)	(155)
Depósitos vinculados	10	-
Outros créditos	(3)	1.650
<b><u>Redução (aumento) dos passivos</u></b>		
Fornecedores	418	(4.110)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	46.474	34.662
Outras obrigações fiscais	(838)	506
Salários, provisões e encargos sociais	-	(173)
Outras obrigações	(1)	(22.259)
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	-	(10)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(46.474)	(39.275)
Pagamento de processos judiciais e outros riscos	(437)	(2.447)
Recebimento de juros (mútuos concedidos)	68.483	25.445
<b>Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais</b>	<b>4.211</b>	<b>(40.473)</b>
<b><u>Atividades de investimentos</u></b>		
Títulos e valores mobiliários	(5)	11.986
Recebimento de empréstimos	40.459	-
Recebimento de venda de ativo imobilizado	-	9.302
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos</b>	<b>40.454</b>	<b>21.288</b>
<b><u>Atividades de financiamentos</u></b>		
Pagamento de obrigações por arrendamento (principal)	-	10
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos</b>	<b>-</b>	<b>10</b>
<b>Variação no caixa líquido</b>	<b>44.665</b>	<b>(19.175)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	11.304	30.479
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>55.969</b>	<b>11.304</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **1. Contexto operacional**

---

A Enel Cien S.A. (“Companhia” ou “CIEN”), com sede na Av. Oscar Niemeyer, 2000, Santo Cristo, Rio de Janeiro, é uma sociedade de capital fechado, é controlada pela Enel Brasil S.A, e tem por objeto social atuar na área de produção, industrialização, distribuição e comercialização de energia elétrica, inclusive nas atividades de importação e exportação, implementando os serviços necessários à realização desse objeto social.

### **Continuidade operacional**

Em 30 de março de 2023, a Companhia deixou de operar as linhas de transmissão de energia, de Garabi I e Garabi II, localizadas em Garruchos-RS. No entanto, a Companhia continua ativa, dentro do contexto de negócios do Grupo Enel, estudando alternativas para novos negócios. Enquanto o Grupo Enel analisa tais alternativas, cabe mencionar que a Companhia possui caixa suficiente para honrar compromissos futuros, decorrente dos recursos recebidos na operação de indenização das vendas de suas linhas de transmissão, além da geração de receita financeira oriunda de rendimento de aplicações financeiras (nota explicativa nº3), bem como de mútuos com partes relacionadas (nota explicativa nº 5).

## **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

---

### **2.1. Base de preparação**

#### **2.1.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia aplicou e divulgou as políticas contábeis materiais de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 5 de fevereiro de 2026.

#### **2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

#### **2.1.3 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

### **2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2025**

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis materiais atualmente utilizadas pela Companhia:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Ausência de conversibilidade	As alterações estabelecem requisitos específicos para avaliar quando uma moeda não é conversível e como estimar a taxa de câmbio a utilizar, assim como as divulgações necessárias.	1º de janeiro de 2025

### 2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025, e ainda não estão em vigentes. A Companhia está avaliando os impactos dessas novas normas, e se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

As principais alterações estão descritas a seguir:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 48 - Instrumentos financeiros e CPC 40 - Instrumentos financeiros: Evidenciação - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	De acordo com as alterações, a empresa geralmente desreconhece suas contas a pagar na data de liquidação quando ela usa um sistema de pagamento eletrônico que atende a todos os seguintes critérios: (i) nenhuma capacidade prática de retirar, interromper ou cancelar a instrução de pagamento; (ii) nenhuma capacidade prática de acessar o dinheiro a ser usado para liquidação como resultado da instrução de pagamento; e (iii) o risco de liquidação associado ao sistema de pagamento eletrônico é insignificante.	1º de janeiro de 2026
	Requisitos de classificação e mensuração de Instrumentos Financeiros – incluindo a classificação de ativos financeiros com um recurso vinculado a ESG. As novas alterações ajudarão as empresas a avaliar se os ativos financeiros com características ESG atendem ao critério de pagamentos somente de principal e juros.	1º de janeiro de 2026
<i>Annual Improvements to IFRS Accounting Standards – Volume 11 (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao Volume 11)</i>	Emenda sobre contas a receber pode levar a mudança na política contábil. As alterações do IASB eliminam o conflito entre o IFRS 9 e o IFRS 15 sobre o valor pelo qual um recebível comercial é inicialmente mensurado. Outras alterações incluem o desreconhecimento de passivos de arrendamento. Se um passivo de arrendamento for desreconhecido, então o desreconhecimento é contabilizado de acordo com o IFRS 9. Entretanto, quando um passivo de arrendamento é modificado, a modificação é contabilizada de acordo com o IFRS 16 Arrendamentos.	1º de janeiro de 2026
<i>IFRS 7 - Contratos de compra de energia (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 7)</i>	As alterações visam ajudar as empresas a reportar melhor os efeitos financeiros dos contratos de eletricidade dependentes da natureza, que frequentemente são estruturados como contratos de compra de energia (PPAs). Esses contratos ajudam as empresas a garantir seu fornecimento de eletricidade a partir de fontes como energia eólica e solar. A quantidade de eletricidade gerada sob esses contratos pode variar com base em fatores incontroláveis, como condições climáticas. Para permitir que as empresas reflitam melhor esses contratos nas demonstrações financeiras, foram realizadas alterações específicas à IFRS 9 Instrumentos Financeiros e à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações. As alterações incluem: esclarecimento da aplicação dos requisitos de "uso	1º de janeiro de 2026

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
	próprio"; permissão da contabilidade de hedge caso esses contratos sejam utilizados como instrumentos de hedge; e o incremento de novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores entendam o efeito desses contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa de uma empresa.	
<i>IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgação (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 19)</i>	As subsidiárias que atualmente aplicam o IFRS para PMEs @ Accounting Standard ou o GAAP local em suas demonstrações financeiras estatutárias não precisarão mais preparar dois conjuntos de contas para fins de relatórios de grupo se o IFRS 19 for aplicado. O IFRS 19 oferece às subsidiárias elegíveis uma maneira prática de abordar os problemas de divulgação excessiva, ao mesmo tempo em que reduz seus custos de relatórios – eliminando a necessidade de fornecer divulgações além das necessidades dos usuários ou de manter dois conjuntos separados de registros contábeis. Uma subsidiária que não tem responsabilidade pública e tem uma controladora que produz contas consolidadas de acordo com as Normas Contábeis IFRS, está autorizada a aplicar a IFRS 19.	1º de janeiro de 2027
<i>IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 18, por uma nova norma ou alteração do CPC 26)</i>	Demonstração do resultado: Classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias: operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. As medidas de desempenho definidas pela administração são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. Orientações aprimoradas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.	1º de janeiro de 2027
<i>IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas e na IAS 28 - Investimentos em coligadas e em empreendimentos em conjunto (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 10)</i>	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e a sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto.	Data efetiva diferida por tempo indeterminado. Disponível para adoção opcional (somente IFRS)

## 2.4 Aplicação de julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

As práticas contábeis e estimativas materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas.

A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão apresentadas nas notas explicativas.

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos e principais premissas realizadas:

- Nota 8 – Provisões para processos judiciais; e
- Nota 13 – Imposto de renda e contribuição social diferidos

### **3. Caixa e equivalentes de caixa**

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48 Instrumentos Financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de ratings das principais agências de risco. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

	<b>31.12.2025</b>	<b>31.12.2024</b>
Caixa e contas correntes bancárias	3.175	2.452
<b>Aplicações financeiras</b>		
CDB (Aplicações diretas)	52.794	8.852
<b>Total</b>	<b>55.969</b>	<b>11.304</b>

As aplicações financeiras, representadas principalmente por Certificados de depósitos bancários - CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. Os CDBs foram remunerados no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em média, a 100% do CDI (98% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

### **4. Imposto de renda, contribuição social e outros tributos compensáveis**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os montantes de imposto de renda e contribuição social a pagar e a compensar estão apresentados de forma líquida entre ativo e passivo. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2025, o saldo líquido é a compensar, conforme quadro a seguir:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Cien S.A.

	31.12.2025	31.12.2024
<b><u>Imposto de renda e contribuição social compensáveis</u></b>		
Imposto de renda	53.512	33.153
Contribuição social	11.489	7.267
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	128	749
	<b>65.129</b>	<b>41.169</b>
<b><u>Imposto de renda e contribuição social a pagar</u></b>		
Imposto de renda	(32.410)	(22.444)
Contribuição social	(12.719)	(8.088)
	<b>(45.129)</b>	<b>(30.532)</b>
<b>Total</b>	<b>20.000</b>	<b>10.637</b>

O saldo de outros tributos compensáveis é como segue:

	Nota	31.12.2025		31.12.2024	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS		749	-	749	-
PIS e Cofins	4.1	194	38.311	194	36.675
<b>Total</b>		<b>943</b>	<b>38.311</b>	<b>943</b>	<b>36.675</b>

- 4.1 O saldo de PIS e Cofins a compensar, refere-se principalmente a pagamentos a maior realizado em anos anteriores. Como consequência, a Companhia entrou com pedido de compensação dos valores pagos a maior e aguarda homologação da Secretaria da Receita Federal para proceder a compensação ou restituição dos montantes envolvidos.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Cien S.A.

### 5. Mútuo a receber

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 dos empréstimos de mútuos a receber, com partes relacionadas, são demonstrados como segue:

	31.12.2025		31.12.2024		Total	
	Principal	Não circulante Encargos	Principal	Não circulante Encargos		
<b>Moeda nacional - partes relacionadas</b>						
Mútuo I Ampla	70.794	25.906	70.794	12.707	83.501	
Mútuo II Ampla	91.018	32.165	91.018	15.370	106.388	
Mútuo III Ampla	-	-	40.459	6.243	46.702	
Mútuo I Enel Brasil	252.848	89.483	252.847	43.190	296.037	
Mútuo II Enel Brasil	101.143	8.100	101.143	4.526	105.669	
Mútuo III Enel Brasil	151.721	25.537	151.721	22.224	173.945	
Mútuo IV Enel Brasil	131.492	1.983	131.492	3.797	135.289	
<b>Total</b>	<b>799.016</b>	<b>183.174</b>	<b>839.474</b>	<b>108.057</b>	<b>947.531</b>	

As principais informações sobre os contratos de mútuo vigentes, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estão detalhadas a seguir:

(a) Mútuo concedido em exercícios anteriores e liquidados no exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	31.12.2025
Mútuo III Ampla	40.459	16/10/2023	30/12/2025	CDI + 1,42%	Bullet	Bullet	40.459

(b) Mútuos concedidos em exercícios anteriores e vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

Descrição	Valor concedido	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	31.12.2025
Mútuo I Ampla	70.794	25/08/2023	24/08/2027	CDI + 0,66%	Bullet	Bullet	70.794
Mútuo II Ampla	91.018	15/09/2023	24/08/2027	CDI + 0,64%	Bullet	Bullet	91.018
Mútuo I Enel Brasil	252.848	05/09/2023	05/09/2027	CDI + 0,65%	Bullet	Bullet	252.848
Mútuo II Enel Brasil	101.143	05/10/2023	05/09/2027	CDI + 0,65%	Bullet	Bullet	101.143
Mútuo III Enel Brasil	151.721	16/10/2023	16/09/2027	CDI + 0,64%	Bullet	Bullet	151.721
Mútuo IV Enel Brasil	131.492	25/10/2023	25/09/2027	CDI + 0,62%	Bullet	Bullet	131.492

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Cien S.A.

A movimentação é como segue:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>867.408</b>
Encargos provisionados	105.568
Encargos recebidos	(25.445)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>947.531</b>
Encargos provisionados	143.601
Encargos recebidos	(68.483)
Recebimentos	(40.459)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>982.190</b>

### 6. Investimento

A Companhia possui investimentos em duas empresas argentinas Companhia de Transmisión Del Mercosur S.A – CTM e Transportadora de Energia S.A – TESA, em que não possui o controle, ou seja, não tem influência significativa sobre as investidas que estão registradas pelo método de equivalência patrimonial, conforme CPC 18.

						31.12.2025
	% Participação direta	Capital social	Patrimônio líquido	Ativo	Receita líquida	Lucro do exercício
CTM	25,851%	8.021	19.490	20.319	7.215	5.347
TESA	39,850%	4.043	16.613	17.726	7.126	5.170
<b>Total</b>		<b>12.064</b>	<b>36.103</b>	<b>38.045</b>	<b>14.341</b>	<b>10.517</b>

						31.12.2024
	% Participação direta	Capital social	Patrimônio líquido	Ativo	Receita líquida	Prejuízo do exercício
CTM	25,851%	9.638	17.698	18.980	6.511	(4.607)
TESA	39,850%	4.859	14.554	16.369	6.507	(6.621)
<b>Total</b>		<b>14.497</b>	<b>32.252</b>	<b>35.349</b>	<b>13.018</b>	<b>(11.228)</b>

		31.12.2024		31.12.2025	
		Saldo inicial	Equivalência patrimonial	Ajuste acumulado de conversão	Total
CTM		4.566	(1.035)	1.527	5.058
TESA		5.809	(428)	1.203	6.584
<b>Total</b>		<b>10.375</b>	<b>(1.463)</b>	<b>2.730</b>	<b>11.642</b>

	Nota	31.12.2023				31.12.2024
		Saldo inicial	Reclassificação de disponível para venda para investimentos	Equivalência patrimonial	Ajuste acumulado de conversão	Total
CTM	6.1	-	2.738	(1.112)	2.940	4.566
TESA	6.1	-	3.891	(2.546)	4.464	5.809
<b>Total</b>		<b>-</b>	<b>6.629</b>	<b>(3.658)</b>	<b>7.404</b>	<b>10.375</b>

**6.1.** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reclassificou para disponível para venda o montante de R\$ 6.629, referente ao saldo dos seus investimentos nas empresas argentinas Companhia de Transmisión Del Mercosur S.A – CTM e Transportadora de Energia S.A – TESA. Dessa forma, o

resultado da equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi considerado como operação descontinuada no montante de R\$ 3.835. No entanto, após reavaliação da venda, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não tem mais a intenção de venda das referidas Companhias.

## 7. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores.

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Materiais e serviços		1.986	2.103
Materiais e serviços - partes relacionadas	14	535	-
<b>Total</b>		<b>2.521</b>	<b>2.103</b>

## 8. Provisão para processos judiciais

As provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que uma saída de recursos econômicos seja necessária para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Uso de estimativas: A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas pelo menos trimestralmente e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

Quando existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários, a Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Cien S.A.

### 8.1 Contingência com risco provável

A Companhia, com base nas opiniões da Administração e de seus assessores legais, registrou provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável.

	31.12.2024	Adição	Reversão	Atualização monetária	Pagamentos	31.12.2025	Depósitos vinculados	
							31.12.2025	31.12.2024
Trabalhistas	357	278	(199)	(156)	(275)	5	-	12
Cíveis	8	163	(6)	-	(164)	1	-	-
Fiscais	1.649	-	-	61	-	1.710	27.076	25.034
<b>Total</b>	<b>2.014</b>	<b>441</b>	<b>(205)</b>	<b>(95)</b>	<b>(439)</b>	<b>1.716</b>	<b>27.076</b>	<b>25.046</b>

	31.12.2023	Adição	Reversão	Atualização monetária	Pagamentos	31.12.2024	Depósitos vinculados	
							31.12.2024	31.12.2023
Trabalhistas	330	1	-	27	(1)	357	12	12
Cíveis	7	5	(2)	-	(2)	8	-	-
Fiscais	1.602	2.444	-	47	(2.444)	1.649	25.034	24.339
<b>Total</b>	<b>1.939</b>	<b>2.450</b>	<b>(2)</b>	<b>74</b>	<b>(2.447)</b>	<b>2.014</b>	<b>25.046</b>	<b>24.351</b>

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Houve incremento na provisão trabalhista em razão de decisão em processo envolvendo verbas salariais diversas, a qual é objeto de recurso, com chances de mudanças em instâncias superiores.

**Processo fiscal**

A Companhia discute em execução fiscal supostos débitos de PIS e COFINS materializados em 7 inscrições em dívida ativa. Após decisão parcialmente favorável foi decretada a nulidade de 4 inscrições e reconhecida a decadência de 1 inscrição em dívida ativa, bem como a redução parcial das outras duas inscrições remanescentes. A Companhia aguarda o retorno dos autos ao tribunal de origem para a liquidação da parte incontroversa. Em 31 de dezembro de 2025, o valor atualizado do processo é de R\$ 1.477 (R\$ 1.427 em dezembro de 2024).

A Companhia discute outros temas de natureza fiscal, no valor de R\$ 233 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 223 em 31 de dezembro de 2024).

**8.2 Contingência com risco possível**

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	31.12.2025	31.12.2024
Trabalhistas	8.653	975
Cíveis	869.473	784.058
Fiscais	50.186	49.592
<b>Total</b>	<b>928.312</b>	<b>834.625</b>

**a) Trabalhistas**

No âmbito trabalhista, refere-se a ações de empregados próprios versando, em sua maioria, sobre verbas salariais diversas. Existem ações cujas teses possuem chances de mudanças em instâncias superiores, além de processos em fase inicial, sem decisão ainda.

**b) Cíveis**

O principal processo refere-se a Tractebel x CIEN: A empresa Tractebel ajuizou ação ordinária alegando suposto descumprimento pela CIEN do contrato de compra e venda de 330MW de potência firme e energia associada proveniente da Argentina, firmado em 20 de outubro de 1999. Dessa forma, a Tractebel requereu a condenação da CIEN ao pagamento de multa rescisória além de penalidades supostamente aplicáveis por indisponibilidade de “potência firme e energia associada. O processo foi retomado e iniciada a fase de instrução com a realização de perícia que foi concluída. Em fevereiro de 2023 foi proferida decisão de 1º instância favorável à Companhia. Apresentado recurso por Tractebel em 2º instância. Em 2024 recurso de Tractebel foi negado provimento. Apresentado recursos cabíveis ao Tribunais Superiores, que ainda estão pendentes de julgamento.

A probabilidade de perda do caso está baseada no fato de Tractebel ter ignorado a existência de notória crise na Argentina, ocorrida a partir de 2005 e os seus consequentes eventos. A Companhia entende que neste caso pode ser aplicado a força maior impedindo do cumprimento do contrato existente à época. A multa rescisória corresponde a R\$ 855.279 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 783.442 em 31 de dezembro de 2024), podendo ainda outros valores serem adicionados, referentes a outras penalidades contratuais.

**c) Fiscais**

Os principais processos estão listados como segue:

A Companhia discute em ação rescisória cobrança de diferencial de alíquota de ICMS incidente nas importações de equipamentos feitas através do Estado do Rio de Janeiro e transferidas ao Estado do Rio Grande do Sul, destinadas ao ativo fixo. O valor envolvido no processo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 23.258 (R\$ 22.368 em 31 de dezembro de 2024)

A Companhia discute em duas Execuções Fiscais cobranças de créditos tributários de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS objeto de compensações não homologadas pela RFB, sob o argumento de inexistência dos débitos tributários utilizados nas compensações, decorrentes de pagamentos a maior de PIS e COFINS. O valor envolvido nos dois processos em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 26.900 (R\$ 25.770 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia, além dos processos antes mencionados, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de ISS e multa no valor total atualizado até 31 de dezembro de 2025 de R\$ 28 (R\$ 26 em 31 de dezembro de 2024).

**9. Patrimônio líquido**

**9.1 Capital social**

O capital social é de R\$ 310.425 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 285.045 em 31 de dezembro de 2024), totalmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.12.2025		31.12.2024	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A	285.044.682	100,00%	285.044.682	100,00%
<b>Total</b>	<b>285.044.682</b>	<b>100,00%</b>	<b>285.044.682</b>	<b>100,00%</b>

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29 de abril de 2025, foi aprovado o aumento do capital no montante de R\$ 25.380, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização parcial do saldo da reserva para reforço de capital de giro.

**9.2 Reserva legal**

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social corrigido anualmente.

**9.3 Destinação de resultado**

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido anual, após as deduções legais.

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Lucro líquido do exercício		91.665	67.591
(-) Reserva legal		(4.583)	-
<b>Lucro líquido do exercício ajustado</b>		<b>87.082</b>	<b>67.591</b>
Dividendo mínimo obrigatório		(21.771)	(16.898)
Reserva para reforço de capital de giro	9.3.1	(65.311)	(50.693)
<b>Total</b>		<b>-</b>	<b>-</b>

9.3.1 O montante de R\$ 65.311 destinado como reserva para reforço de capital de giro, ultrapassaria o limite previsto no art.199 da Lei nº6.404/76. Desse modo, será proposto para deliberação em AGO a decisão sobre o montante excedente que poderá ser capitalização total ou parcialmente, assim como proposta para dividendo adicional a pagar.

#### **Aprovação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29 de abril de 2025, foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício de 2024, no montante de R\$ 67.591, sendo que desse montante: R\$ 16.898 na forma de dividendos mínimos obrigatórios, R\$ 50.693 na forma reserva para reforço de capital de giro. Considerando que com a destinação para reserva para reforço de capital de giro ultrapassa o limite previsto no art. 199 da Lei nº 6.404/76, foi aprovado o aumento do capital no montante de R\$ 25.380, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização parcial do saldo da reserva.

#### **9.4 Dividendos a pagar**

A movimentação dos dividendos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é como segue:

	<b>31.12.2025</b>	<b>31.12.2024</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>405.376</b>	<b>225.558</b>
<b><u>Efeito não caixa</u></b>		
Dividendos adicionais propostos	-	162.920
Dividendo mínimo obrigatório	21.771	16.898
<b>Saldo final</b>	<b>427.147</b>	<b>405.376</b>

#### **10. Resultado por ação**

O lucro ou prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, conforme pronunciamento técnico CPC 41. O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em poder dos acionistas durante o exercício.

	<b>31.12.2025</b>	<b>31.12.2024</b>
Lucro líquido do exercício	91.665	67.591
Número de ações	285.044.682	285.044.682
<b>Resultado - básico e diluído por ação (em Reais - R\$)</b>	<b>0,3216</b>	<b>0,2371</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Cien S.A.

### 11. Receitas (despesas) operacionais

		2025			2024		
	Nota	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas operacionais	Total	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas operacionais	Total
Pessoal		(137)	-	(137)	-	-	-
Serviços		(1.206)	-	(1.206)	(4.179)	-	(4.179)
Depreciação e amortização		-	-	-	(1.395)	-	(1.395)
Provisões para processos judiciais		(236)	-	(236)	(2.448)	-	(2.448)
Doações e contribuições		(918)	-	(918)	-	-	-
Ganhos na alienação	11.1	-	213	213	-	5.421	5.421
Perda na desativação de bens	11.1	-	-	-	(6.844)	-	(6.844)
Outras receitas (despesas) operacionais	11.1	-	-	-	(1.991)	15.230	13.239
<b>Total</b>		<b>(2.497)</b>	<b>213</b>	<b>(2.284)</b>	<b>(16.857)</b>	<b>20.651</b>	<b>3.794</b>

**11.1** No 2º semestre de 2024 a Companhia finalizou com a Transmissora Aliança de Energia Elétrica – TAESA, o novo operador da concessão, o levantamento dos ativos que não foram vendidos na transferência da concessão, gerando uma venda adicional de ativos imobilizados. Adicionalmente, a Companhia realizou baixa de imobilizados e intangíveis que não fizeram parte desse novo contrato com a TAESA e a baixa de ativos e passivos que estavam relacionados a operação da concessão.

**12. Resultado financeiro**

	Nota	2025	2024
<b>Receitas financeiras</b>			
Renda de aplicações financeiras		791	2.472
Atualização monetária dos depósitos judiciais		2.040	695
Atualização de créditos tributários		3.254	1.962
Mútuos	5	143.601	105.796
(-) PIS e COFINS sobre receitas financeiras		(6.960)	(5.158)
		<b>142.726</b>	<b>105.767</b>
<b>Despesas financeiras</b>			
Variação monetária de processos judiciais e outros		97	(75)
Atualização de impostos e multas		(33)	(23)
Cartas de fiança e seguros em garantia		(213)	(18)
Imposto sobre operações financeiras - IOF		(12)	-
Juros e atualização monetária		(18)	-
Outras despesas financeiras		(7)	(8)
		<b>(186)</b>	<b>(124)</b>
<b>Variações cambiais líquidas</b>			
Outras variações cambiais		-	42
		-	<b>42</b>
<b>Total</b>		<b>142.540</b>	<b>105.685</b>

**13. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

**13.1 Imposto corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Cien S.A.

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	2025		2024	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>Composição dos tributos no resultado:</b>				
<b>Na rubrica de tributos</b>				
Correntes	(34.457)	(12.719)	(22.444)	(8.088)
Diferidos	35	13	(5.660)	(2.038)
<b>Total</b>	<b>(34.422)</b>	<b>(12.706)</b>	<b>(28.104)</b>	<b>(10.126)</b>
<b>Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:</b>				
Resultado antes dos tributos	138.793	138.793	105.821	105.821
<b>Adições:</b>				
Outras despesas indedutíveis	920	920	3.032	3.032
Equivalência patrimonial	1.463	1.463	3.983	3.983
<b>Total das adições</b>	<b>2.383</b>	<b>2.383</b>	<b>7.015</b>	<b>7.015</b>
<b>Base de cálculo</b>	<b>141.176</b>	<b>141.176</b>	<b>112.836</b>	<b>112.836</b>
Alíquota nominal dos tributos	15,00%	9,00%	15,00%	9,00%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10,00%	-	10,00%	-
<b>Despesa com tributos às alíquotas nominais</b>	<b>(35.270)</b>	<b>(12.706)</b>	<b>(28.185)</b>	<b>(10.155)</b>
Incentivos	848	-	-	-
<b>Total</b>	<b>(34.422)</b>	<b>(12.706)</b>	<b>(28.185)</b>	<b>(10.155)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>24,80%</b>	<b>9,16%</b>	<b>26,56%</b>	<b>9,57%</b>

### 13.2 Imposto diferido

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

O saldo dos impostos diferidos está composto da seguinte forma:

	Balancos patrimoniais		Resultado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
<b>Tributos diferidos ativos:</b>				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(1.035)
Arrendamento - CPC 06 (R2)	-	-	-	(37)
Provisão para processos judiciais e outros riscos	583	685	(102)	26
Outras provisões	375	225	150	(6.652)
<b>Total</b>	<b>958</b>	<b>910</b>	<b>48</b>	<b>(7.698)</b>

#### Uso de estimativas

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas da Administração, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

2026	2027	2028	2029	2030	2031 a 2032	2033 a 2034	2035	Total
433	58	58	58	58	117	117	59	958

A Companhia prepara anualmente seu plano estratégico para os anos seguintes, no qual projeta os resultados operacionais e financeiros futuros para a Companhia, baseados numa visão macroeconômica que leva em consideração aspectos como crescimento econômico do país onde a Companhia possui operações, taxa básica de juros, inflação, índice de alavancagem, demanda por seus produtos e serviços etc. Tais projeções formam parte de um grande processo realizado pelo Grupo Enel para definição de suas estratégias globais e são apresentados ao mercado anualmente. Com base nessas projeções, são realizados estudos técnicos de viabilidade de realização dos créditos fiscais diferidos da Companhia.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Cien S.A.

O estudo de realização dos créditos fiscais diferidos é realizado considerando a capacidade de absorção anual projetada das diferenças temporárias e do prejuízo fiscal acumulado, observada na estimativa de lucros tributáveis futuros, juntamente com suas estratégias de planejamento tributário. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

### 14. Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à companhia: (i) seus controladores, administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração; e (ii) empresas em controle comum pertencentes ao Grupo Enel - conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação de partes relacionadas.

Em 31 de dezembro 2025 e 2024, os saldos de transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

#### 14.1 Controladora (Enel Brasil)

Natureza da operação	Vigência	Nota	31.12.2025	31.12.2024	2025	2024
			Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Dividendos a pagar	Até dezembro de 2026		(427.147)	(405.376)	-	-
Mútuo	De setembro de 2023 a setembro de 2027	14.2.1	762.307	670.481	106.196	79.041
Prestação de serviços técnicos e gestão	Até fevereiro de 2030		(535)	-	(535)	-
<b>Total</b>			<b>334.625</b>	<b>265.105</b>	<b>105.661</b>	<b>79.041</b>

#### 14.2 Empresas em controle em comum

Natureza da operação	Vigência	Nota	31.12.2025	31.12.2024	2025	2024
			Ativo	Ativo	Receitas	Receitas
<b>Mútuo</b>						
Ampla Energia e Serviços S.A.	De agosto de 2023 a agosto de 2027	14.2.1	219.883	277.050	37.405	26.527
<b>Total</b>			<b>219.883</b>	<b>277.050</b>	<b>37.405</b>	<b>26.527</b>

##### 14.2.1 Mútuo

Referem-se a contratos de mútuos a receber (empréstimos concedidos). Os detalhes dessas transações estão descritos na nota explicativa nº 5.

#### Remuneração da Administração

A Companhia não teve gastos com remuneração do Conselho de Administração e dos administradores em 31 de dezembro de 2025 e 2024, dado que ela não possui mais diretores estatutários desde março de 2020.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Cien S.A.

### 15. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

#### Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

#### 15.1. Instrumentos financeiros

##### 15.1.1. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Categoria	Nível (a)	31.12.2025		31.12.2024		
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
<b>Ativo</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	55.969	55.969	11.304	11.304
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	2	43	43	38	38
Mútuo a receber	Custo amortizado	2	982.190	982.190	947.531	941.253
Depósitos vinculados	Custo amortizado	2	27.076	27.076	25.046	25.046
<b>Total do ativo</b>			<b>1.065.278</b>	<b>1.065.278</b>	<b>983.919</b>	<b>977.641</b>
<b>Passivo</b>						
Fornecedores	Custo amortizado	2	2.521	2.521	2.103	2.103
<b>Total do passivo</b>			<b>2.521</b>	<b>2.521</b>	<b>2.103</b>	<b>2.103</b>

(a) Conforme detalhado na nota explicativa 15.2 Hierarquia do valor justo

### Uso de estimativas

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

### **15.2. Hierarquia do valor justo**

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1 - dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- Nível 2 - dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3 - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A Companhia adota as diretrizes do Sistema de Controle Interno e de Gestão de Riscos (SCIGR), definidas pela Holding Enel SpA, que estabelecem as normas para a gestão de riscos, incluindo políticas, procedimentos e sistemas. Essas diretrizes são aplicadas em todos os níveis da Companhia, abrangendo os processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos enfrentados continuamente pelos negócios.

A supervisão desse sistema é realizada pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que conta com um comitê de controles e riscos. Este comitê apoia o conselho na avaliação dos controles internos e do sistema de gestão de riscos, além de auxiliar na aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Para a Enel Brasil e suas subsidiárias, existe uma política específica de controle e gestão de riscos, revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração. Essa política segue os requisitos locais de gestão de riscos, garantindo aderência às práticas e regulamentações pertinentes.

Adicionalmente, a Companhia possui procedimentos organizacionais que tratam da gestão de riscos de forma abrangente. Esses procedimentos complementam as políticas específicas estabelecidas para riscos em diferentes funções corporativas ou linhas de negócio do grupo. Entre elas, destacam-se: a política de gestão de garantias, a política de controle de risco de commodity, a política de controle de risco de crédito e contraparte, a política de controle de risco financeiro, a política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros), e a política de riscos e oportunidades relacionadas às mudanças climáticas, entre outras. Essas políticas incluem limites e indicadores que são monitorados regularmente.

A Companhia também conta com um Comitê de Riscos Local no Brasil, com o objetivo de garantir o envolvimento da alta gestão nas questões de risco significativas. O comitê oferece uma visão integrada da exposição a riscos atuais e futuros, além de assegurar a coordenação entre a unidade de Controle de Riscos (Risk Control Brazil) e as áreas responsáveis pelos processos de negócio relacionados aos riscos. Essa estrutura promove uma cultura em que o risco é considerado em todas as decisões e em todos os níveis da organização.

Por fim, a Companhia utiliza uma taxonomia homogênea de riscos, conhecida como 'catálogo de riscos', também definida pela Enel SpA. Este catálogo contempla seis macrocategorias de risco: financeiros, estratégicos, governança e cultura, tecnologia digital, compliance e operacional, além de 38 subcategorias de risco. Essa estrutura permite uma abordagem uniforme na identificação e gestão dos riscos que podem afetar os objetivos da Companhia.

**a) Estrutura de gerenciamento de riscos**

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos que possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela Holding; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisionar a gestão e controle de riscos.

O SCIGR é composto por três linhas de defesa, com o objetivo de garantir uma gestão eficaz e eficiente. Nessa estrutura, as áreas de negócios formam a primeira linha de defesa, as áreas de Controles Internos e de Controle de Riscos atuam como segunda linha, e, finalmente, a Auditoria Interna representa a terceira linha de defesa. Cada linha tem um papel distinto na governança da organização, sendo responsável por informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos. A alta administração é informada pelas primeiras e segundas linhas, enquanto o Conselho de Administração (diretores) recebe as informações das segunda e terceira linhas.

A área de Controle de Riscos segue a norma internacional ISO 31000:2018 (G31000) e adota suas diretrizes para a gestão de riscos. Seu principal objetivo é identificar preventivamente riscos (endógenos e exógenos), analisá-los, avaliá-los e quantificar o impacto e a probabilidade de materialização desses riscos. Além disso, promove o tratamento adequado por meio do suporte às áreas de negócio na definição de ações de mitigação e planos de ação, juntos com seus respectivos proprietários do risco (risk owners), garantindo as boas práticas de governança corporativa e a continuidade do negócio.

Embora o processo de gestão de riscos seja descentralizado, com cada gestor sendo responsável pelos riscos em seus respectivos processos de negócio, a área de Controle de Riscos desempenha um papel essencial no mapeamento e consolidação de riscos. Ela é responsável por integrar as informações de riscos de todas as unidades de negócio, alinhando-se aos princípios de governança de riscos do Grupo Enel e assegurando a manutenção adequada do processo. Essa abordagem facilita a visualização clara e a priorização dos riscos, apoiando a tomada de decisões estratégicas e a implementação de ações de gestão de riscos mais eficazes.

**(a) Riscos resultantes de instrumentos financeiros**

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

**(b.1) Risco de crédito**

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro, não cumprir com suas obrigações contratuais. Esses riscos são avaliados como de baixa probabilidade, considerando a pulverização do número de clientes, o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação e as políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes.

No caso de transações financeiras, essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; e (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

**(b.2) Gerenciamento de capital**

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações.

### **(b.3) Risco de liquidez**

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não ter recurso suficiente para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

### **(b.4) Riscos de mercado**

#### **(b.4.1) Riscos de taxas de juros**

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas ao pagamento de fornecedores no mercado.

#### **b.4.2) Risco de câmbio**

Esse risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos com partes relacionadas indexados a estas moedas.

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);